

1 INTRODUÇÃO

Em diversos países europeus, da América do Norte e latino-americanos, estão disseminados entre especialistas termos como *picturebook*, *album illustré*, álbum ilustrado, livro-álbum e *bilderbuch*, que representam um tipo específico de subcategoria da literatura infantil, caracterizado pelo papel destacado que a linguagem visual representa na leitura da obra.

Nesta pesquisa, investigarei a natureza desse tipo específico de livro, problematizando três pressupostos que me são apresentados continuamente na prática editorial desde os primeiros momentos em que comecei a atuar como editora de livro ilustrado: (1) o de que existiria de fato tal subcategoria de livro ilustrado; (2) o que considera o livro ilustrado um livro infantil; (3) o da linha de produção editorial tradicional, que se inicia quando o editor recebe o texto e este é com frequência entregue ao ilustrador como pronto, não se permitindo, assim, o diálogo entre autores da palavra e da imagem durante a criação de cada linguagem.

Ao investigar o primeiro pressuposto, realizei uma busca por nomenclaturas e definições que especificam um tipo de livro ilustrado considerado diferente do livro ilustrado tradicional. Nesse momento inicial da pesquisa, que se encontra no Capítulo 2, estão relacionadas algumas tentativas de batismo no Brasil por pesquisadores e por editoras que começam a publicar livros teóricos estrangeiros sobre o tema, além da análise de trabalhos desenvolvidos nas línguas inglesa, espanhola e francesa, que vêm influenciando a pesquisa brasileira. Como grande parte da definição deste objeto está relacionada ao diálogo entre linguagens verbal e visual no livro, foi preciso também estudar suas particularidades, bem como as da própria tecnologia onde elas se encontram, o códice.

Tais questionamentos a respeito das particularidades do objeto são recentes em minha trajetória profissional, surgidos a partir de uma bibliografia estrangeira com a qual pouco tínhamos contato no Brasil até poucos anos atrás. Meu contato com essa bibliografia se iniciou em curtas viagens, virtuais, por *sites* de instituições e de revistas que publicam artigos sobre o tema, e em viagens reais, por bibliotecas no Canadá e cursos na França. Tal contato se intensificou com a pesquisa realizada em 2009, na Biblioteca Internacional da Juventude, quando conheci diferentes textos de Maria

Nikolajeva, Perry Nodelman, Lawrence Sipe, Maria Teresa Colomer, entre outros, ainda não publicados na época no Brasil, mas que hoje, ao fim deste trabalho, já circulam e são lidos por pesquisadores, profissionais da área editorial e educadores brasileiros.¹

Era preciso conhecer as diferentes definições e conceitos que envolviam meu objeto de pesquisa, refletir sobre os modos de interação entre linguagem visual e verbal que definem o estatuto diferencial do livro ilustrado. Outro aspecto que define o objeto, por vezes ignorado, é a própria tecnologia onde as duas linguagens dialogam. Assim, para compreender melhor a natureza e os pressupostos em torno do livro ilustrado, precisaria estudar também as particularidades do código que poderiam ser utilizadas pelos autores da linguagem verbal e da linguagem visual para criar determinados efeitos durante a leitura. Tais aspectos, relacionados à definição e à nomenclatura do objeto, às linguagens que nele dialogam, e à tecnologia onde tais linguagens estão impressas, são discutidos no Capítulo 2, “O livro ilustrado”.

O segundo momento deste trabalho envolve os pressupostos a respeito da infância, que se encontram no Capítulo 3. Ao ser considerado uma espécie de subcategoria da literatura infantil, o livro ilustrado carrega consigo os pressupostos do adjetivo infantil. Assim, tanto no processo de leitura quanto na própria criação e edição desse tipo específico de livro, são determinantes as expectativas relacionadas ao modo como aquele leitor ou criador compreende a infância, fazendo com que, nesta pesquisa, seja necessário também considerá-la.

A infância é, porém, um fenômeno extremamente complexo e ambíguo, que tem recebido contribuições das mais variadas áreas do conhecimento. Problematizá-la comporia uma tese por si só. Assim, nesta pesquisa, optei por problematizar os pressupostos que categorizam o livro ilustrado como infantil em uma abordagem sociofilosófica, que é a abordagem sobre a qual o livro costuma ser por fim objeto. Por conta de tal abordagem, a própria fluência escrita do Capítulo 3 difere intensamente daquela do Capítulo 2 — cuja primeira parte, de levantamento bibliográfico sobre as definições e conceitos em torno do livro ilustrado, demonstra-se bastante pragmática.

¹ Como exemplo, as três obras publicadas pela editora Cosac Naify nos últimos anos a respeito do livro infantil: *Crítica, teoria e literatura infantil* (1991), de Peter Hunt, *Ler o livro ilustrado*, de Sophie Van der Linden, *Livros ilustrados: palavras e imagens*, de Maria Nikolajeva e Carole Scott; e de artigos publicados pela *Leitura em revista*: “Aprendendo pelas ilustrações nos livros-ilustrados”, de Lawrence Sipe, e “Na fronteira entre insinuação e realidade: crianças dentro e fora dos álbuns ilustrados”.

Para analisar tais pressupostos, obtive suporte do trabalho de Walter Kohan (2004), que critica o olhar platônico evolucionista, propondo a compreensão da infância não como um tempo que passou, mas como um espaço de intensidade criadora — expressão que será discutida adiante —, espaço este que devemos desenvolver em todos nós, crianças e adultos. De Neil Postman, obtive suporte em sua obra clássica, *O desaparecimento da infância* (1999), que associa cultura escrita à fase adulta, e cultura da imagem à infância, uma costura fundamental para problematizar questões que levam a categorizar o livro ilustrado como infantil de modo pejorativo. De David Buckingham, em sua obra *After the death of childhood* (2000), mobilizei uma perspectiva crítica em relação à polarização embutida na abordagem historicista por Postman.

Ainda no Capítulo 3, ao propor um rompimento com tal dicotomia entre cultura da infância e cultura do adulto, e considerando a infância como uma intensidade criadora, desenvolvi leituras de três obras que considere subverter as hierarquias polarizadas entre infância e fase adulta, e ser destinada assim a “múltiplos destinatários” — termo que explorarei adiante —, e entre a palavra, a imagem e também o suporte onde elas se inter-relacionam: os títulos *Fico à espera...* (2007), de Davide Cali e Serge Bloch, *A árvore generosa* (1983), de Shel Silverstein e *João Felizardo: o rei dos negócios* (2007), de Angela-Lago. Nessa parte, por buscar um exemplo de leitura pessoal, a linguagem da redação tornou-se mais autoral.

No Capítulo 4, apliquei por fim tais questionamentos na prática da produção editorial do livro ilustrado. O tema da supremacia do autor da linguagem verbal é repensado tanto em âmbito financeiro — em relação às percentagens de direitos autorais destinadas aos autores das palavras e aos autores das imagens — quanto em relação ao modo de produção de um livro ilustrado, em que muitas vezes o autor do texto não dialoga com o autor da imagem. O papel do editor é repensado como um profissional que deve participar ativamente da criação, uma vez que com frequência é o único elo de comunicação entre os diferentes autores. A questão dos múltiplos destinatários, aspecto abordado no Capítulo 3, é refletida na prática mercadológica na inscrição de um livro no edital do Plano Nacional Biblioteca na Escola, um dos maiores editais de compra de literatura infantil do Brasil, que tem como exigência a inscrição de cada livro em apenas um ciclo de ensino.

O Capítulo 5, por fim, ocupará o espaço da conclusão a respeito dos pressupostos aqui apresentados: haveria, enfim, uma subcategoria de livro ilustrado diferente da tradicional, caracterizada pelo papel fundamental que a imagem representa na leitura da obra?